



**CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 25ª REGIÃO –
SUBORDINAÇÃO HIERARQUICA – CONSELHO FEDERAL
DE ECONOMIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Palmas -TO, março de 2021.



**CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 25ª REGIÃO –
SUBORDINAÇÃO HIERARQUICA - CONSELHO FEDERAL
DE ECONOMIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Relatório de Gestão do exercício de 2021 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU n. 170, de 19/09/2020, da Portaria TCU n. 369, de 17/12/2020 e das orientações do órgão de controle interno – Conselho Federal de Economia.

Palmas-TO, março de 2021.



Lista de siglas e abreviações:

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica

CTC – Comissão de Tomadas de Contas

CORECON -TO – Conselho Regional de Economia 25ª Região - Tocantins

COFECON – Conselho Federal de Economia

PF – Pessoa Física

PJ – Pessoa Jurídica

TCU – Tribunal de Contas da União

UFT – Universidade Federal do Tocantins

Sumário

Sumário	4
Mensagem do dirigente máximo da unidade.....	6
Capítulo 01 – Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	7
1.1. Identificação da UPC e Missão / Visão	7
1.2. Finalidade e competências	7
1.3. Normas de criação.....	7
1.4. Composição Acionária do Capital Social	8
1.5. Participação em outras sociedades	8
1.6. Estrutura organizacional	9
Organograma	10
1.6.1 Formação de Comissões de Trabalho	12
1.6.2 Realização das Plenárias	12
1.7. Ambiente externo	13
1.8. Modelo de Negócios	13
Capítulo 02 – Governança, Estratégia e Alocação de Recursos	14
2.1 Principais objetivos estratégicos	14
2.2 Informações sobre os objetivos estratégicos e as estratégias de execução	14
2.3 Descrição sintética dos objetivos estratégicos do exercício	15
2.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	16
2.5 Governança.....	16
2.5.1 Descrição das estruturas de governança	16
2.5.2 Informações sobre dirigentes e colegiado	17
2.5.3 Atuação da unidade de auditoria interna	19
2.5.4 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	19
2.5.5 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	19
2.5.6 Medidas administrativas para apuração de responsabilidades por danos ao erário	19
2.5.7 Valor total efetivamente gasto com a função de fiscalização do exercício profissional.....	19
2.5.8 Valor total gasto com as demais atividades finalísticas (registro, normatização, julgamento e orientação	20
2.5.9 Valor total gasto com indenizações a conselheiros, indicando o total gasto com diárias, jetons, auxílios representação e demais verbas indenizatórias	20

Capítulo 03 – Riscos, Oportunidades e Perspectivas.....	20
3.1 Gestão de riscos e controles internos.....	20
Capítulo 04 – Resultados e Desempenho da Gestão.....	21
4.1 Número total de fiscalizações realizadas.....	21
4.2 O número de denúncias recebidas e analisadas.....	25
4.3 O número total de profissionais fiscalizados.....	25
4.4 O número total de autos de infração e notificações semelhantes.....	26
4.5 Os números de processos instaurados e julgados.....	26
4.6 O número de processos instaurados que não tiveram êxito em sua execução, com as respectivas causas identificadas (exemplos: processos arquivados por vício na notificação;.....	26
4.7 Processos arquivados por vício no auto de infração; processos em que há o envio do auto de infração, mas não há confirmação da aplicação da penalidade – sem detalhes dos desdobramentos);.....	26
4.8 Informações sobre a gestão das atividades relacionadas à arrecadação das multas aplicadas, bem quanto à cobrança de inadimplentes.....	26
4.9 O número de processos referentes ao exercício ilegal de profissão encaminhados ao Ministério Público.....	26
4.10 Gestão orçamentária e financeira:.....	26
Quando observamos o quadro acima percebemos que houve uma redução de 9% da despesa em relação ao exercício de 2018.	27
4.11 Gestão de pessoas.....	28
4.12 Detalhamento da despesa de pessoal.....	28
4.13 Gestão de licitações e contratos incluindo de TI.....	29
4.14 As contratações mais relevantes.....	30
4.15 As contratações diretas.....	30
4.16 Gestão patrimonial e infraestrutura.....	30
4.17 Gestão de custos.....	30
Capítulo 05 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis.....	31
5.1 Receitas Orçada e Executada.....	32
5.2 Despesas Orçadas e Executadas.....	33
10. Considerações Finais.....	34

Mensagem do dirigente máximo da unidade

O presente relatório apresenta os trabalhos da gestão 2021 do Conselho Regional de Economia 25ª Região/Tocantins - CORECON/TO, a fim de proporcionar a devida transparência aos esforços realizados na busca dos objetivos do Sistema COFECON/CORECONS. Esta transparência permite o acompanhamento das metas, diretrizes e estratégias de curto, médio e longo prazos, resultando em benefícios para todos os economistas do Tocantins.

Na gestão de 2021 não medimos esforços para ter uma gestão fortalecida e consolidada, mantendo sempre o foco para que o CORECON-TO seja reconhecido como uma instituição atuante em prol dos economistas e em defesa da sociedade, buscando cumprir da forma mais ativa, seu papel regulamentador e fiscalizador da profissão do economista no Estado do Tocantins.

Os objetivos estratégicos foram cumpridos a partir das diversas ações do plano de trabalho, ao longo do exercício, pautados na valorização da profissão, na fiscalização da atividade profissional, na melhoria da gestão e redução da inadimplência, e ainda, na comunicação institucional, visando maior integração da classe economista com a sociedade tocantinense, principalmente com os gestores públicos e a comunidade acadêmica.

A área de cobrança trabalhou com empenho durante todo o ano e obteve bom desempenho de valores recuperados e na realização da receita com base na anuidade do período. Além do foco na recuperação de créditos, trabalhou-se na redução de custos e despesas.

As atividades foram desenvolvidas pelo conjunto das ações da Presidente e Vice-Presidente, como também dos Conselheiros, funcionários e demais colaboradores que, por meio das diversas Comissões constituídas, auxiliaram a montagem e realização do Plano de Trabalho.

Palmas-TO, março de 2022.

Econ. Maria do Socorro Erculano de Lima
Conselheiro Presidente



Capítulo 01 – Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

1.1. Identificação da UPC e Missão / Visão

Nome: Conselho Regional de Economia da 25ª Região/TO –CORECON/TO

CNPJ: 04.899.229/0001-60

Natureza Jurídica: Autarquia Pública Federal

Endereço: Quadra 104 Sul AV LO 01 conjunto 04 lote 12 sala 107 Centro CEP: 77.020-020. Fone: (63) 3215-8660/ (63) 98468-7280

Site: <https://corecon-to.org.br/>

E-mail: coreconto2015@gmail.com

A missão da entidade é a de fiscalização e promoção da profissão de economista. Por sua vez, a visão do Corecon-TO é, a partir de uma situação favorável no aspecto financeiro, propiciar retorno aos economistas através da promoção de eventos, painéis, que possam gerar o debate econômico e qualificação do registrado, bem como através de convênios que descontos em outras atividades e compras para o registrado, apoiando a realização de cursos inclusive, tendo o reconhecimento da classe profissional pelo bom atendimento aos economistas.

1.2. Finalidade e competências

Finalidade: Fiscalização, normatização e promoção da profissão dos Economistas.

Competências: autonomia administrativa e financeira; fiscalizar a profissão; aplicar a legislação da profissão; cobrar anuidades profissionais; realizar registros profissionais; realizar eleições internas; realizar convênios e acordos de cooperação técnica.

1.3. Normas de criação

- Lei nº 1.411, de 13/08/1951 que dispõe sobre a profissão de Economista;

- Decreto nº 31.794, de 17/11/1952 – que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Economista, e dá outras providências.

Regulamentos e manuais relacionados à Gestão:

- Lei nº 6.021, de 03/01/1974, que altera dispositivos da Lei nº 1.411/51, que dispõe sobre a profissão de Economista; atualiza valores das anuidades, taxas e multas, subordinando ao maior salário mínimo, e altera a denominação dos Conselhos Federal e Regionais de Economia;

- Lei nº 6.206, de 07/05/1975, que dispõe sobre o valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências;

- Lei 6.537, de 19/06/1978, que altera dispositivos da Lei nº 1.411/51, que dispõe sobre a profissão de Economista;

- Lei nº 6.839, de 30/10/1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas Entidades fiscalizadoras do exercício de profissões; -

- Lei nº 12.514, de 28/10/2011, que dá nova redação ao art. 4º da lei nº 6.932 de 07/07/1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e trata das contribuições devidas aos Conselhos profissionais em geral;

- Consolidação da Legislação da Profissão – dispõe sobre a normatização profissional aplicada aos economistas, disponível em www.cofecon.org.br.

1.4. Composição Acionária do Capital Social

Em função de sua forma de constituição, não há patrimônio social ou capital social. O patrimônio líquido é formado pelos resultados acumulados.

1.5. Participação em outras sociedades

Não há.

1.6. Estrutura organizacional

A Unidade é uma Autarquia Pública Federal de fiscalização do exercício profissional dos Economistas, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, integrante do Sistema COFECON/CORECONs, subordinada ao Conselho Federal de Economia com sede na cidade de Palmas-TO, e jurisdição em todo o Estado do Tocantins. O Órgão é formado por Conselheiros eleitos por voto direto dos integrantes da categoria profissional dos Economistas.

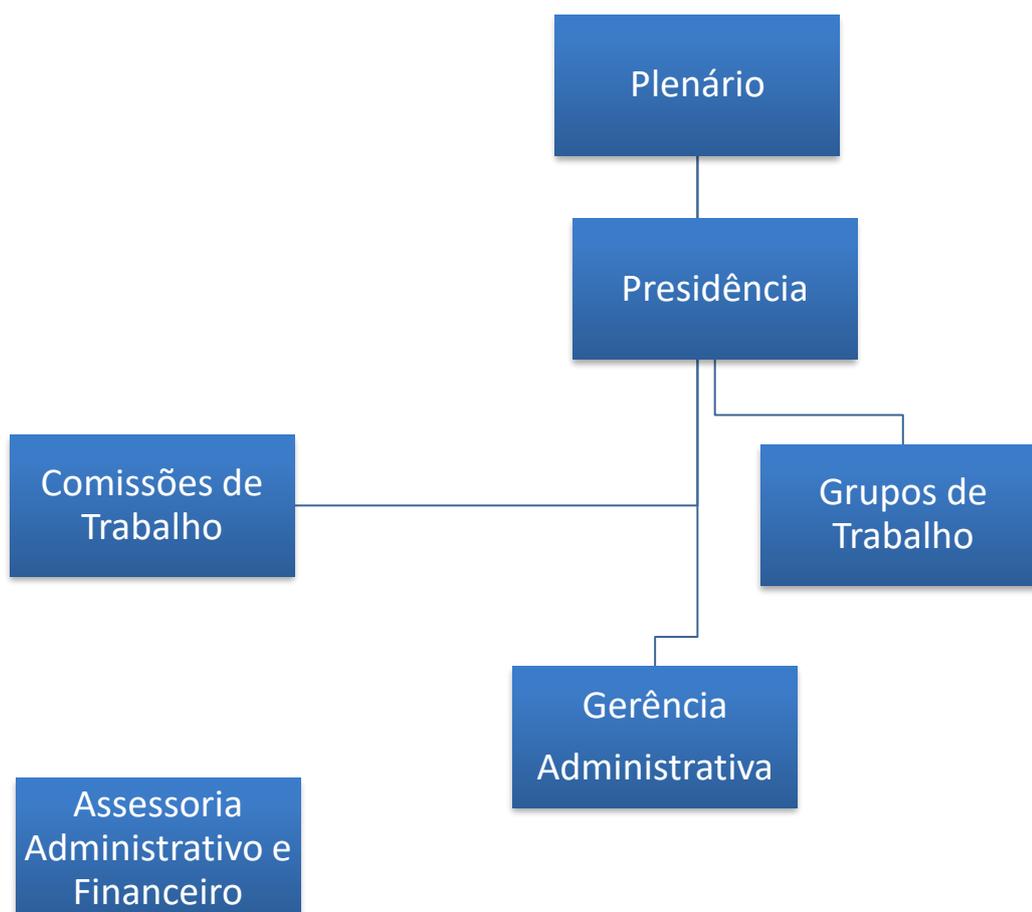
O CORECON/TO é constituído:

Do Plenário, seu Órgão Deliberativo, integrado por 18 (dezoito) Conselheiros, sendo 9 (nove) Conselheiros Efetivos e 7 (sete) Conselheiros Suplentes, todos eleitos de acordo com as disposições legais e regulamentares criadas pelo COFECON (art. 5º e parágrafo 4º do art. 6º da Lei nº 6.537/1978), e Regimento Interno da Entidade.

A Presidência, eleita pelo órgão deliberativo, é considerada seu órgão Executivo interno, com competência para administrar e representar legalmente a Autarquia. A entidade também é composta por áreas administrativas de execução das tarefas de cunho administrativo e financeiro, bem como Comissões de Trabalho constituídas para a execução de tarefas e a fiscalização interna da gestão da Autarquia.

Figura 1

Organograma



Plenário - órgão Deliberativo, integrado, por 9 (nove) Conselheiros, substituíveis por suplentes em igual número, todos eleitos em conformidade com disposições legais e regulamentação baixada pelo COFECON – Conselho Federal de Economia (Art. 5º e § 4º do art. 6º da Lei nº 6.537/78);

Presidência - órgão Executivo, a que se subordinam os serviços administrativos, criados pelo próprio órgão em razão de suas finalidades legais, necessidades de serviço e disponibilidade de meios;

Comissões e Grupos de Trabalhos - constituídos para a execução de determinadas tarefas ou para atingir fins que não justifiquem a criação de serviço permanente, conforme disposto no Capítulo XI do Regimento Interno do Regional;

Gerência e Assessoria Administrativa e Financeira - responsáveis pelas atividades administrativas de cobrança, registros, recursos humanos, contábil e financeira.

Conselheiros Efetivos

Maria do Socorro Erculano de Lima

Rosilene Sudré da Silva

Nilton Marques de Oliveira

Glênio Benvindo de Oliveira

Ana Peres de Souza

Josafá Machado Pereira

Wagner Borges

Vilmar Carneiro Wanderley

Alessandra Pires Gonçalves

Conselheiros Suplentes

Raimundo Nonato Casé de Brito

Kauwe Eidi Torres Ueda

Kelsene Ramos Alencar

Marietta Vilas Boas Strang

Antonio Alves Gomes

Adaildo Palma Araújo da Silva

Juliano Leonardo Meurer

Assessoria Contábil:

Evaristo Ferreira da Silva - responsável pelas peças apreciadas pelos órgãos de controle externo como Balanços contábeis, Propostas e Reformulações orçamentárias, lançamentos contábeis de despesas, emissão de nota de empenho entre outras.

Assessoria Jurídica:

Juscelino de Jesus da Motta Kramer - responsável pela análise de processos de compras e aquisições, análise das demais despesas variáveis, auxílio a Licitações, recuperação de crédito tributário e todo e qualquer ato ligado aos processos judiciais e execuções ajuizadas pela Unidade.

Profissional de Atividade Estratégica

Antônio Alves Gomes -Tesoureiro

Colaboradores:

Liliane Maria Oliveira – Gerente Administrativa

Lana Milena Neiva Leite – Assessora Administrativa e Financeira

1.6.1 Formação de Comissões e Grupos de Trabalho

Constituídos pelo Presidente para o fim de realizar determinadas tarefas, bem como a fiscalização e orientação da gestão administrativa da Entidade.

Comissão Tomada de Contas (CTC): Presidente: Conselheira Alessandra Pires Gonçalves. Membros Titulares: Conselheiros Glênio Benvindo de Oliveira e Vilmar Carneiro Wanderley. Membro suplente: Conselheiro Adaildo Palma Araújo da Silva.

Comissão de Licitações e Obras: Membros Titulares: Conselheiros Wagner Borges na condição de Presidente da Comissão e Ana Peres de Souza.

Comissão Prêmio de Monografia: Membros Titulares: Conselheiros(as) Rosilene Sudré da Silva, Raimundo Nonato Casé de Brito e Josafá Machado Pereira.

Comissão Eleitoral: Presidente: Rosilene Sudré da Silva. Membros Titulares: Antonio Adelúzio Gomes de Azevedo, Celso Rodrigues Lima. Membro suplente: Keile Aparecida Beraldo.

Comissão Deliberação de Cargos e Funções Comissionadas: Presidente: Conselheiro Wagner Borges. Membros Titulares: Conselheiros(as) Juliano Meurer, Rosilene Sudré da Silva. Membro suplente: Conselheiro Vilmar Carneiro Wanderley.

Grupo Eficiência do Gasto Público: Conselheiro Raimundo Nonato Casé de Brito.

Grupo Reforma Tributária: Conselheiros Wagner Borges e Wereque Paulo Pinheiro Trajano.

1.6.2 Realização das Plenárias

Durante o exercício de 2021 foram realizadas 11 sessões ordinárias e 5 sessões extraordinárias para deliberar sobre assuntos diversos, como: discussão e aprovação das prestações de contas trimestrais, processos de registro de pessoa física e jurídica, processos de suspensão de registro, processo de cancelamento de registro de pessoa física e jurídica e outros assuntos de interesse dos economistas do Tocantins e do Sistema Cofecon/Corecon's.

1.7. Ambiente externo

Em relação a eventos nacionais, a crise econômica brasileira, que perdura já a alguns anos, é um fator que inibe a geração de novos registros e mesmo a manutenção dos já existentes, tendo em vista o alto desemprego existente e a dificuldade de conseguir colocação profissional. Mas legalmente, nenhum economista pode atuar se não estiver registrado, na verdade, para ser chamado de e atuar como, necessita do registro. Não há eventos internacionais que impactaram na gestão.

1.8. Modelo de Negócios

O Corecon-TO presta serviços aos economistas e a sociedade e possui um fluxo de fluência de informações e documentos simples, entre as áreas de registro, fiscalização, cobrança e jurídico, que envolve inclusive o Cofecon e a plenária. São vários serviços, como o próprio registro efetivamente realizado, disponibilização de declarações de registros em dia, de carteiras profissionais, termos de responsabilidade técnica, dentre outros. Mas essa fluência é simples, pois a entidade possui porte pequeno e poucos funcionários, sendo feita de modo ágil, para bem atender os registrados. Para cada produto são abertos processos administrativos ou acrescentados documentos nos casos em que os processos já existem.

Capítulo 02 – Governança, Estratégia e Alocação de Recursos

2.1 Principais objetivos estratégicos

A Gestão 2021 deu prosseguimento ao projeto de valorização da profissão em consonância com a proposta de trabalho divulgada por ocasião do Orçamento para o ano de 2021, elaborada ao final de 2020, desenvolveu ações visando a execução do planejamento estratégico, atuando nos seguintes aspectos: fiscalização, valorização da profissão de economista, formação e mercado de trabalho; parcerias Institucionais, divulgação institucional e da profissão de economista, relacionamento com Instituições de ensino e estudantes de economia.

2.2 Informações sobre os objetivos estratégicos e as estratégias de execução

O CORECON-TO manteve suas parcerias visando a busca de informações para a fiscalização da profissão junto ao sistema COFECON/CORECONs. A Comissão de Fiscalização, o setor de fiscalização e o setor jurídico estabeleceram ações visando a fiscalização que resultaram no registro de mais profissionais no Conselho de Fiscalização. Além disso, buscou-se outras parcerias junto as Instituições de Ensino Superior para a realização de cursos de aperfeiçoamento aos Economistas e estudantes de Ciências Econômicas. O sistema COFECON/CORECONs desenvolveu eventos voltados à

valorização profissional consistindo em premiações previstas em regulamentos, com o fim de valorizar a profissão.

2.3 Descrição sintética dos objetivos estratégicos do exercício

O Plano de Trabalho 2021 do CORECON-TO foi elaborado e realizado a partir de uma análise dos últimos resultados internos obtidos, da cooperação das Presidências e Conselheiros da gestão de anos anteriores, do intercâmbio com outros CORECONs e com o COFECON, bem como das necessidades de crescimento e valorização da profissão do Economista. O Plano de Trabalho 2021 do CORECON-TO teve foco nas seguintes diretrizes:

Integração – Buscar a integração entre os Conselheiros, ex-Conselheiros e Economistas, aproximando-os da entidade, com intuito de fortalecer a profissão.

Motivar estudantes dos cursos de economia – divulgar cases de sucesso profissional via assessoria de imprensa e nos eventos da entidade.

Aproximação Economista / Empresas: divulgar para o empresariado a importância do economista para as empresas e para os economistas as oportunidades no mercado de trabalho.

Manter o contato com Universidade Federal do Tocantins: Colaborar para a qualificação da profissão já na Academia, colocando os estudantes em contato com os profissionais que atuam nas mais diferentes áreas. O “CORECON Acadêmico” foi uma ação nesse sentido e será mantido. A meta de atuar com a academia, estimulando os estudantes, deve se tornar um modelo a ser seguido.

Estimular a renovação no Conselho: a atuação do economista no Conselho é um trabalho voluntário e não uma carreira. Logo, é importante estimular jovens economistas a frequentarem o Corecon-TO e se tornar Conselheiros. O processo de renovação e mescla de jovens economistas com economistas experientes seguirá sendo realizado.

Ações transparentes: objetivando que os economistas e a sociedade tenham acesso as finanças do Conselho, receita arrecadada e sua alocação em despesas, além de divulgar no site os economistas que estão representando o CORECON-TO em diversos órgãos e entidades.

2.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os planos da Unidade estão autorizados pela Lei Federal n. 1.411/51 e Decreto Federal n. 31.794/53, Lei Federal n. 6.021/74, Lei Federal n. 6.206/75, Lei Federal n. 6.537/78, Lei Federal n. 6.839/80, Lei Federal n. 12.514/11 e normas regulamentares proferidas pelo COFECON. A unidade está vinculada aos planos institucionais do sistema COFECON/CORECONs.

2.5 Governança

2.5.1 Descrição das estruturas de governança

Em âmbito deliberativo: 18 (dezoito) Conselheiros, sendo 9 (nove) efetivos e 9 (nove) suplentes, com reuniões realizadas durante o exercício, normalmente a cada quinze dias ou como ficar deliberado pela Plenária e/ou Presidente a cada ano.

No âmbito Administrativo: Presidente, Vice-Presidente e Gerente Administrativo. Estes responsáveis pela Gestão administrativa da Autarquia, conforme Regimento Interno e Plano de Cargos e Salários.

Consoante o previsto no Regimento Interno e Resolução do Conselho Federal de Economia, os atos de gestão são controlados e fiscalizados pela Comissão de Tomada de Contas – CTC, em especial, no que se refere ao Orçamento do Conselho e sua execução orçamentária. A CTC é composta por três Conselheiros, 3 (três) membros, eleitos na primeira Plenária de cada exercício, nomeados por Portaria expedida pelo Presidente.

Os dirigentes são Conselheiros com mandato de 03 (três) anos, permitida uma reeleição, sendo que anualmente há a renovação de 1/3 (um terço) de Conselheiros efetivos e suplentes, por eleição, normalmente realizada no mês de outubro de cada ano. Também, anualmente, na primeira reunião plenária de janeiro, após a posse dos novos Conselheiros, o Plenário do Conselho escolhe, por voto, o presidente e vice-presidente para o exercício.

O Plenário é composto por 18 (dezoito) Conselheiros, sendo 9 (nove) efetivos e 9 (nove) suplentes. Ao colegiado do plenário compete as deliberações, conforme atribuições previstas no Regimento Interno. Aos gestores eleitos

(Presidente e Vice-Presidente), a gestão do Conselho, sendo permitida a reeleição por mais 2 (dois) períodos consecutivos, conforme disposto no parágrafo 2º, do art. 15, do Regimento Interno (publicado no site do Conselho), coincidindo com o mandato de Conselheiro.

O colegiado da Unidade é o órgão deliberativo com atribuições especificadas no art. 11 do Regimento Interno, conforme segue:

- a) Eleger o Presidente e Vice-Presidente do CORECON-TO;
- b) Julgar os pedidos de registro, submetendo os casos denegados a deliberação do COFECON, se houver recursos voluntários;
- c) Autorizar a criação, supressão e a modificação de órgãos ou cargos na estrutura organizacional do CORECON-TO;
- d) Fixar os salários e gratificações dos funcionários do Conselho, bem como aprovar o quadro de pessoal;
- e) Deliberar sobre a proposta orçamentária a ser submetida ao Conselho Federal de Economia, e o programa de ação para o exercício;
- f) Julgar o relatório anual de atividades e a prestação de contas trimestrais durante o exercício e do exercício anterior, mediante prévio exame e parecer de uma comissão de contas constituída por três Conselheiros, ficando proibidos de votar os Conselheiros interessados;
- g) Alterar o Regimento Interno, observado o que dispõe o artigo 67, submetendo alteração ao COFECON para efeitos de homologação;
- h) Deliberar sobre doações, legados, subvenções e convênios;
- i) Autorizar a criação, instalação de delegacias regionais do CORECON/TO e/ou credenciamento de representantes em qualquer região de sua jurisdição;
- j) Decidir sobre as atribuições dos órgãos ou titulares das delegacias de que trata a letra “i”, através de Resolução.

2.5.2 Informações sobre dirigentes e colegiado

Gestão 2021:

Presidente: Maria do Socorro Erculano de Lima



Vice-Presidente: Rosilene Sudré da Silva.

CONSELHEIROS

1º Terço (2021-2023)

TITULARES

Maria do Socorro Erculano de Lima

Rosilene Sudré da Silva

Nilton Marques de Oliveira

SUPLENTES

Raimundo Nonato Casé de Brito

Kauwe Eidi Torres Ueda

Kelsene Ramos Alencar

2º Terço (2019-2021)

TITULARES

Glênio Benvindo de Oliveira

Ana Peres de Souza

Josafá Machado Pereira

SUPLENTES

Marietta Vilas Boas Strang

Antonio Alves Gomes

Alessandra Pires Gonçalves

3º Terço (2020-2022)

TITULARES

Wagner Borges

Vilmar Carneiro Wanderley

Bruno Aquino Monteiro

SUPLENTES

Adaildo Palma Araújo da Silva

Juliano Leonardo Meurer

DELEGADO ELEITOR

TITULAR: Vilmar Carneiro Wanderley

Suplente: Alessandra Pires Gonçalves

COLABORADORES:

Gerente Administrativa: Liliane Maria Oliveira

Assessoria Administrativa: Lana Milena Neiva Leite

As exigências e a representação dos membros estão regulamentadas pelo Conselho Federal de Economia, conforme Resolução n. 1.954/2016 disponível no endereço eletrônico: www.cofecon.org.br/transparencia/index.php/legislacao/consolidacao-da-legislacao-da-profissao-de-economista.

2.5.3 Atuação da unidade de auditoria interna

A auditoria interna da Unidade é realizada pela Comissão de Tomada de Contas, conforme Regimento Interno e Resolução n. 1.841/2010 disponível no endereço eletrônico: <https://cofecon.org.br/transparencia/index.php/legislacao/consolidacao-da-legislacao-da-profissao-de-economista/>

Igualmente, a Unidade pode ser auditada internamente pelo Conselho Federal de Economia, conforme Resolução n. 1.851/2011 e Resolução n. 1.841/2010.

2.5.4 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Não houve a contratação de serviço de auditoria independente.

2.5.5 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Não houve a necessidade de abertura de Processo Administrativo Disciplinar ou outros instrumentos.

2.5.6 Medidas administrativas para apuração de responsabilidades por danos ao erário

Não houve a necessidade de adoção de medidas administrativas para apuração de responsabilidades por danos ao erário.

2.5.7 Valor total efetivamente gasto com a função de fiscalização do exercício profissional

O Principal valor de investimento com a função de fiscalização é referente ao valor pago ao assessor jurídico valor estimado de R\$ 13.200,00 (treze mil, e duzentos reais) por ano.

2.5.8 Valor total gasto com as demais atividades finalísticas (registro, normatização, julgamento e orientação.

Valor gasto para emissão de novos registros foi o custo de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) transferido ao COFECON, referente a emissão de carteira profissionais.

2.5.9 Valor total gasto com indenizações a conselheiros, indicando o total gasto com diárias, jetons, auxílios representação e demais verbas indenizatórias

Não houve despesas com diárias, jetons outras despesas afins.

Capítulo 03 – Riscos, Oportunidades e Perspectivas

3.1 Gestão de riscos e controles internos

Os gestores do Conselho acompanham o desempenho de suas ações mediante relatórios analíticos mensais com prestação de contas ao Plenário a cada trimestre.

As ações também são acompanhadas e analisadas pela Comissão de Tomada de Contas, e sendo constatada qualquer situação de risco, os gestores buscam os mecanismos mais apropriados para evitá-los e corrigi-los.

Os instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos ocorrem através de relatórios internos com indicadores de registros, verificando-se o número de profissionais ativos, o cancelamento de registros, novos registros e inadimplências dos profissionais. Por meio desses indicadores se monitora o cumprimento dos objetos traçados no plano estratégico visando a

adoção de procedimentos administrativos na área de fiscalização, registro, cobrança e jurídico.

Periodicamente são realizados controles internos por meio da Comissão de Tomadas de Contas para verificar o andamento das ações e que os objetivos estratégicos serão atingidos. No que diz respeito a cobrança de registrados inadimplentes, avalia-se o montante de receita que está ingressando semanalmente e são estabelecidas metas e tal estratégia funcionou, haja visto o crescimento verificado na receita da entidade.

Para todos os eventos e painéis são divulgados em todas as mídias, com o objetivo de que a informação chegue ao público alvo, economistas e estudantes do curso de economia e a participação nos eventos é monitorada e acompanhada. Além disso, são realizadas reuniões e visitas as faculdades, levando eventos da entidade para o meio acadêmico e o foco é manter contato com os estudantes, estreitando o relacionamento ainda antes da formatura.

O risco de não se atingir os objetivos é gerado pelo não acompanhamento das ações acima caracterizadas, o que não aconteceu, visto que os gestores e os colaboradores são focados em realizar os controles de acompanhamento das estratégias traçadas para atingir os objetivos.

Capítulo 04 – Resultados e Desempenho da Gestão

No plano de atividades do Conselho Regional de Economia, entendemos ser, como a principal estratégia adotada pela gestão de 2021, a valorização da profissão de economista, razão de sermos um conselho com número reduzido de economistas e apenas um curso de economia na Universidade Federal do Tocantins – UFT, adotou essa estratégia tanto para que os jovens do ensino médio, despertem o interesse pela ciência econômica, quanto para os empresários compreendam a importância do profissional economista na sua empresa e a sociedade conheça melhor a economia e o economista. Com este intuito de atingirmos maiores resultados com as ações desenvolvidas, a seguir:

Em solenidade realizada no CORECON – TO no dia 12 de janeiro de 2021, as economistas Maria do Socorro Erculano de Lima e Rosilene Sudré da Silva foram empossadas Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, do



Conselho Regional de Economia 25ª Região Tocantins, entidade representativa dos economistas atuantes no Tocantins. Durante a cerimônia, também foram empossados os conselheiros regionais efetivos e suplentes com mandato de 2022 a 2024.

A presidente empossada relembrou fatos importantes tanto da trajetória pessoal quanto profissional, opinou sobre a atual conjuntura econômica do Estado, e destacou as prioridades de sua gestão à frente do Corecon, dentre elas: ampliar a relação com os economistas, aproximando-os da instituição, e da categoria com a sociedade visto que neste momento de recessão em decorrência do efeito da pandemia que ora persiste, cabe exatamente à ciência econômica indicar a solução científica e técnica para a retomada do crescimento e desenvolvimento econômico, reforçando a importância da ciência e do profissional economista. Lembrou ainda que sem a participação dos conselheiros e dos economistas o Corecon não conseguirá alcançar seus objetivos.

A Economista Maria do Socorro Erculano de Lima, Presidente do CORECON-TO participou no dia 28 de abril de 2021, em ambiente virtual na plataforma zoom, da 704ª Sessão Plenária Extraordinária Ampliada do COFECON. O encontro, permitiu o debate de ideias entre o sistema Cofecon/Corecon's e foram apresentadas as demandas dos economistas de cada Estado.

O Corecon/TO apresentou a proposta para adequação dos procedimentos e prazos da prestação de contas do COFECON, conforme cronograma do Tribunal de Contas da União, visto que se gasta muito tempo com processos com prazos trimestrais quando poderá ser feita a cada quadrimestre, o que facilitaria os trabalhos de prestação de contas dos regionais.

Outras propostas foram apresentadas, merecendo destaque a de representação no COFECON para todos os Conselhos Regionais, diante de uma situação que já provou que há redução de custos para a realização das plenárias, com as plenárias virtuais.

Durante o exercício de 2021 foram realizadas 11 sessões ordinárias e 5 sessões extraordinárias para deliberar sobre assuntos diversos, como: discussão



e aprovação das prestações de contas trimestrais, processos de registro de pessoa física e jurídica, processos de suspensão de registro, processo de cancelamento de registro de pessoa física e jurídica e outros assuntos de interesse dos economistas do Tocantins.

Em comemoração a semana do economista, o Corecon/TO realizou lives nos dias 12 e 13 de agosto nas quais foram apresentados temas sobre o Desenvolvimento Regional com os economistas Francisco Viana Cruz e Vilmar Carneiro Wanderley e sobre a Eficiência do Gasto Público Municipal com o economista Raimundo Casé de Brito, ambas pela plataforma do *Instagram* do Corecon, tendo como mediadora, a Presidente Maria do Socorro Erculano de Lima, com o propósito de aproximar a instituição tanto da categoria quanto da sociedade tocantinense.

O Corecon- TO realizou sorteios de ingressos para participação no XXIV Congresso Brasileiro de Economia (CBE) realizado no período de 08 a 10 de setembro de 2021. Neste evento, uma das palestras mais esperada foi; Impactos da Pandemia na Economia Global, ministrada pelo Economista Otaviano Canuto, que atua no Banco Mundial e já foi diretor executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Presidente Maria do Socorro Erculano de Lima e o conselheiro Vilmar Carneiro Wanderley participaram de uma ação conjunta com a UFT, Receita Federal e a Escola Estadual Professora Elisângela Glória Cardoso que teve como tema a Educação Fiscal e Financeira, Imposto de Renda e o mercado de trabalho para os economistas.

O conselheiro Vilmar Carneiro Wanderley fez uma palestra motivacional para os estudantes de ensino médio e os convidou para fazer economia estudando na Universidade Federal do Tocantins-UFT.

O Corecon participou do acolhimento dos calouros do curso de ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A Presidente Maria do Socorro Erculano de Lima expôs a importância do estudo, da formação acadêmica e da atuação como economistas no mercado de trabalho, evidenciando as

possibilidades que o mercado oferece e, finalmente incentivou todos a persistirem no curso, formarem e se tornarem economistas, fazendo o seu registro no Conselho Regional de Economia do Tocantins.

O Corecon/TO participou ativamente do do XII ENAM tendo como palestrante no evento o Economista Waldecy Rodrigues - Pós-Doutor em Economia (UnB), Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT e da graduação em Ciências Econômicas, participou do XII ENAM realizado pelo Corecon –AM, tendo como tema de sua palestra o **Desenvolvimento municipal e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**; tema que evidencia o grande desafio da humanidade: desenvolvimento econômico com sustentabilidade.

A Presidente Maria do Socorro Erculano de Lima com o objetivo de Estabelecer parceria para atividades conjuntas, visando a promoção da ciência econômica e da indústria, de seus profissionais e dos empresários para a sociedade, buscou parcerias para fortalecer a profissão do economista e sua inserção no setor da indústria, e para que isso se torne uma realidade, reuniu-se com representantes da Federação das Indústrias- FIETO para firmar futuras parcerias entre as duas instituições, que unidas podem ampliar o conhecimento da ciência econômica e da indústria para o desenvolvimento econômico.

O CORECON-TO realizou no mês de outubro eleições para a renovação do 2º terço de Conselheiros Efetivos e Suplentes, com mandato para o triênio 2022/2024.

Na oportunidade foi realizada uma consulta direta com a indicação das Economistas Maria do Socorro Erculano de Lima Presidente e Wagner Borges Vice-Presidente para o exercício de 2022. As eleições 2021 foram realizadas virtualmente. O esforço e empenho da categoria trouxe um bom resultado. Ao todo no Tocantins, votaram 37 (trinta e sete) economistas dos 120 (cento e vinte) em condições de votar, chegando-se ao seguinte resultado: chapa ECONOMISTAS 35 (trinta e cinco votos); votos nulos, 1 (um) voto; votos em branco, 1 (um) voto. Resultado da votação para Consulta Direta para Presidente e Vice-Presidente chegando-se ao seguinte resultado: chapa ECONOMISTAS 33 (trinta e três votos);

votos nulos, 3 (três) votos; votos em branco, 1 (um) voto. Estando em absoluta concordância com a apuração e com o resultado apresentado, a presidente da Comissão Eleitoral do Corecon-TO declara vencedora a chapa ECONOMISTAS.

Diante da situação de inadimplência, o CORECON realizou campanhas divulgadas em suas redes sociais (*Instagram, Facebook, Whatsapp e E-Mail*) com vistas à atualização cadastral para identificando possíveis erros no cadastro do Economista

Em seguida, foram enviadas 151 notificações para pessoa física e 10 para pessoas jurídicas, com o objetivo de regularizar a situação junto ao CORECON-TO; incluímos 11 economistas na dívida ativa Administrativa.

Como resultado de uma fiscalização mais efetiva, constatou-se um aumento na arrecadação resultantes das contribuições no valor de R\$ 45.796,38, o que representa 32,72% de incremento. Como no quadro demonstrativo abaixo, comparando as receitas arrecadadas nos exercícios de 2020 e 2021 em relação ao exercício do ano anterior.

Receita	Exercício 2021	Exercício 2020
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ 139.924,62	R\$ 94.128,24

4.1 Número total de fiscalizações realizadas

Não houve fiscalizações realizadas.

4.2 O número de denúncias recebidas e analisadas

Não houve denúncias no exercício de 2021.

4.3 O número total de profissionais fiscalizados

Não houve fiscalização direta sobre pessoa física e jurídica

4.4 O número total de autos de infração e notificações semelhantes

Não houve auto de infrações ou notificações.

4.5 Os números de processos instaurados e julgados

Não foram autuados processos para aplicação de sanções aplicadas (censuras, advertências, multas, suspensões e cancelamentos de registro, dentre outras).

4.6 O número de processos instaurados que não tiveram êxito em sua execução, com as respectivas causas identificadas (exemplos: processos arquivados por vício na notificação)

Não houve processos instaurados.

4.7 Processos arquivados por vício no auto de infração; processos em que há o envio do auto de infração, mas não há confirmação da aplicação da penalidade – sem detalhes dos desdobramentos)

Não houve processos instaurados.

4.8 Informações sobre a gestão das atividades relacionadas à arrecadação das multas aplicadas, bem quanto à cobrança de inadimplentes

Não houve receitas com aplicação de multas. Quanto a cobranças dos economistas inadimplentes foram realizadas ligações, envio de carta administrativa de cobrança e execução da dívida.

4.9 O número de processos referentes ao exercício ilegal de profissão encaminhados ao Ministério Público

Não foram autuados processos por exercício ilegal da profissão

4.10 Gestão orçamentária e financeira

Comparativo despesas exercício 2020 e 2021

DESPESA	EXECUTADO NO EXERCÍCIO 2021	EXECUTADO NO EXERCÍCIO 2020
SALÁRIOS E ORDENADOS	R\$ 40.670,13	R\$ 44.030,95
DESPESAS VARIÁVEIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 9.589,85	R\$ 11.376,42
ESTAGIÁRIOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 1.315,53	R\$ 867,25
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 14.209,73	R\$ 19.380,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$ 57.027,66	R\$ 41.619,29
REUNIÕES, CONGRESSOS, CONF. E EVENTOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRANSFERENCIA COFECON	R\$ 39.101,29	R\$ 30.016,67
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 161.914,19	R\$ 135.911,16

Fonte: Elaboração com informações dos relatórios contábeis 2020 e 2021

Comparativo da Receita Exercício 2020 e 2021

Receita	Arrecada no Exercício 2021	Arrecada no Exercício 2020
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ 139.924,62	R\$ 94.128,24
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 6.153,53	R\$ 4.884,55

RECEITAS DIVERSAS (RENDAS E EMOLUMENTOS C/ INSCRIÇÃO)	R\$ 1.807,50	R\$ 458,81
RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA	R\$ 23.956,94	R\$ 43.230,42
RECEITAS DIVERSAS	R\$ R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	R\$ 0,00	R\$ 0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES (MULTAS JUROS E CORREÇÕES DE ANUIDADES)	R\$ 31.483,87	R\$ 16.122,76
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS (PREMIAÇÕES, PARCERIAS OUTRAS)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECEITA DE CAPITAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 209.479,99	R\$ 161.245,78

Fonte: Elaboração com informações dos relatórios contábeis 2020 e 2021

Quando comparado as receitas dos exercício de 2021 e 2020, percebe-se que houve um aumento 29,91%. Gestão de pessoas

4.11 Gestão de Pessoas

Em 2021 foi reforçada no planejamento a capacitação dos funcionários, com treinamentos para ampliar os conhecimentos em sistemas áreas específicos de REMESSA/RETORNO de cobrança bancária, além do aperfeiçoamento nos demais serviços ofertados aos registrados.

O quadro de pessoal do Regional é preenchido por 2 (duas) funcionárias com cargos de livre provimento, sendo assim distribuídos: 01 (uma) Gerente administrativa, 01 (uma) Assessora Administrativa e Financeira e 01 (uma) Estagiária. Não houve reajuste de salários. Ressaltamos também nesta oportunidade que através de reuniões periódicas e permanentes com os funcionários, são discutidos os procedimentos da prestação de serviços ofertados

objetivando aprimorar as relações de trabalho. Seguem quadros da relação geral de despesas com pessoal, e quadro de estrutura funcional de 2021.

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL					
	DESPESA AUTORIZADA		DESPESA REALIZADA		VARIAÇÃO
SALÁRIOS	R\$	33.445,80	R\$	30.383,24	R\$ 3.062,56
13º SALÁRIO	R\$	3.830,00	R\$	373,14	R\$ 3.456,80
FÉRIAS	R\$	1.250,00	R\$	-	R\$ 1.250,00
VALE TRANSPORTE	R\$	1.800,00	R\$	323,90	R\$ 1.476,10

Fonte: Demonstrações Contábeis 2021

Quanto à avaliação de desempenho dos funcionários, a Unidade não possui mecanismos que lhe permita esta atividade. Informamos que a Unidade não possui quadro de carreiras estabelecido e regulamentado. Também não se aplica a participação dos funcionários nos resultados.

Informamos que não cabe a Unidade uma política de remuneração aos Conselheiros, nem a título de getons ou qualquer outro tipo de benefício. O cargo eletivo ocupado é voluntário.

4.12 Gestão de licitações e contratos incluindo de TI

No exercício de 2021 não foram realizadas licitações, pois as compras foram de pequeno vulto.

A Unidade tem como sistemas de informações o SISCAP sistema de cadastro de profissionais e o SISCAC sistema de contabilidade. O sistema SISCAP consiste num software para cadastros de informações pessoais e profissionais dos economistas, permitindo gerar certidões, ARTs, cobrança de anuidades, entre outras aplicações relacionadas aos profissionais inscritos. O citado sistema é um módulo usado para administração e gerenciamento dos Conselhos do sistema COFECON/CORECONS. O sistema SISCAC é usado para o lançamento de informações financeiras e contábeis da Unidade.

A Unidade realiza backup diários de seus arquivos.

Há um contrato de prestação de serviço relacionada a área de Tecnologia da Informação para manutenção dos equipamentos de informática, com um custo anual de R\$ 3.000,00 (três mil reais), sendo assim dispensada a licitação conforme Lei 8.666/1999 Art. 24.

O principal desafio é o de manter as informações atualizadas no site no que diz respeito ao acesso às informações, tendo um site ágil e dinâmico, que facilite ainda mais a navegação.

4.13 As contratações mais relevantes

O único contrato relacionado aos objetivos estratégicos do CORECON foi com o Assessor Jurídico.

4.14 As contratações diretas

Quanto à conformidade legal, os processos de contratação direta estão atendendo a legislação vigente.

4.15 Gestão patrimonial e infraestrutura

Não houve investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos);

Não houve desfazimento de ativos;

Há locação do imóvel onde funciona a sede do CORECON, no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais por mês);

Não houve mudanças e desmobilizações.

4.16 Gestão de custos

Para melhoria do desenvolvimento das atividades finalísticas para os exercícios futuros serão aplicados mais recursos voltados para a área de fiscalização.

A receita auferida em 2021 serviu para pagar despesas geradas para que a entidade atingisse seus objetivos, quais sejam, fiscalizar e promover a profissão de economista, conforme determina a lei, que já indicada neste relatório.

Tais custos e despesas podem ser assim sintetizados: pagamento de pessoal e encargos sociais / benefícios, serviços terceirizados pessoa jurídica, bem como despesas tributárias contributivas, onde se destaca a quota parte de 20% de sua receita que a entidade envia mensalmente ao Cofecon.

O desafio está em se manter viável financeiramente, num universo em que o número de registros vem se reduzindo e por aí passa o estreitamento de relação com os estudantes, que são o futuro da profissão.



Todas as informações prestadas neste relatório possuem alta confiabilidade, tendo em vista a gestão séria dos gestores que passaram pelo CORECON-TO, o profissionalismo e qualidade do corpo de servidores, bem como a atuação precisa, fiscalizadora e orientadora da comissão de tomada de contas e a excelência da comissão de licitação, além da verificação dos números, contas e procedimentos da gestão realizado pelo Cofecon.

Não é realizada auditoria para verificar a conformidade legal, salvo nas contas da entidade (via comissão de tomada de contas e Cofecon), mas todas as áreas funcionam em acordo com a legislação vigente, conforme mencionadas ao longo desse relatório.

Capítulo 05 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Assessoria Contábil: MULTICONTA CONTABILIDADE LTDA – ME

Contador Responsável: Evaristo Ferreira da Silva
Registro: TO 001208

Período de atuação: 01 janeiro de 2017 – Contrato atual

Para execução dos serviços contábeis foi utilizado o sistema SISCAP, sistema utilizado pelos conselhos regionais de economia e por outros conselhos de classe.

As demonstrações contábeis, considerando declaração do contador e opinião dos auditores externos (mas inserimos a aprovação das contas por parte do Cofecon), demonstrações contábeis estão em anexo a este relatório.

5.1 Receitas Prevista e Arrecadada

Fonte: Elaboração com informações dos relatórios contábeis 2021.

RECEITA	PREVISTA	ARRECADADA NO EXERCÍCIO	VARIAÇÃO
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	147.933,78	139.924,62	8.009,16
RECEITA PATRIMONIAL	9.770,59	6.153,53	148,72
RECEITAS DIVERSAS (RENDAS E EMOLUMENTOS C/ INSCRIÇÃO)	3.939,00	2.879,81	1.059,19
RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA	33.585,75	23956,94	9.628,21
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS (MULTAS JUROS E CORREÇÕES DE ANUIDADES)	31.542,05	31.483,87	58,18
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS (PREMIAÇÕES, PARCERIAS OUTRAS)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	150.000,00	0,00	150.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	376.771,17	204.398,77	172.372,40

A principal fonte de recursos do Conselho é a arrecadação de anuidades de pessoa física e pessoa jurídica registradas no CORECON, que prestam serviços na área Financeira e Econômica, bem como as taxas cobradas pelos serviços prestados, tais como a inscrição das Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, emissão de 2ª via da Carteira Profissional, taxas de registro de pessoas física e jurídica, registro secundário, cancelamento, ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e emissão de certidões de qualquer natureza.

O não alcance em 100% da arrecadação da receita, em relação a receita prevista, pode ter sido fruto provavelmente da crise econômica no qual o Brasil está passando desde o exercício de 2017 e ainda agravado pela pandemia da COVID 19, a receita com origem em anuidades do exercício recuou nominal e percentualmente, provavelmente por conta da crise econômica e do desemprego.

A meta para os próximos exercícios é reduzir a inadimplência, contribuindo assim para melhoria da arrecadação. Vai colaborar nesse processo a iniciativa que está sendo arregimentada de protestar em cartório os títulos em atraso e fazer a cobrança parcelada no cartão de crédito, o que vai fazer com que as negociações feitas sejam cumpridas, visto que o registrado passa a dever para a operadora do cartão de crédito, que garante a receita ao CORECON-TO.

A Unidade, no exercício, procurou realizar uma gestão financeira eficiente, visando um desempenho operacional que atendesse os objetivos definidos no plano estratégico.

Com relação às receitas, se procurou uma atuação forte objetivando um maior número de formandos a efetivar registros profissionais na Unidade. Da mesma maneira, se buscou o convencimento de economistas a não efetivarem o cancelamento de registros profissionais.

5.2 Despesas Orçadas e Executadas

DESPESA	ORÇADA	EXECUTADA	VARIAÇÃO
SALÁRIOS E ORDENADOS	38.525,80	30.756,38	7.769,42
DESPESAS VARIÁVEIS	120,00	0,00	120,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.234,26	9.589,85	644,41
MATERIAL DE CONSUMO	7.294,00	1.315,53	5.978,47

SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	18.683,20	14.209,73	4.473,47
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.628,59	57.027,66	23.600,93
REUNIÕES, CONGRESSOS, CONF. E EVENTOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIA COFECON	69.166,32	39.101,29	30.065,03
DESPESAS DE CAPITAL	150.000,00	0,00	150.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	374.652,17	152.000,44	222.651,73

Fonte: Elaboração com informações dos relatórios contábeis 2021.

10. Considerações Finais

No presente relatório constam documentos dos registros mantidos pelo CORECON-TO quanto à legitimidade dos documentos que deram origem às informações mencionadas neste relatório de gestão, análises quanto aos aspectos da legalidade, regularidade, eficiência e eficácia da gestão Orçamentária Financeira e Patrimonial e aplicação de outros procedimentos realizados no decorrer do exercício de 2021.

O relatório apresentado evidencia os esforços contínuos dos gestores e colaboradores deste Regional em fortalecer a capacidade de atuação do CORECON/TO, no desempenho de suas funções. As limitações financeiras e orçamentárias, somada ao número reduzido de recursos humanos, são desafios enfrentados diariamente no aprimoramento do trabalho da Instituição.

Porém, mesmo com limitações, a maioria dos objetivos previstos no plano de ação, foi realizada total ou parcialmente e o CORECON/TO mantém suas atividades com afinco buscando desempenhar o seu papel com excelência, a fim de atender as demandas dos economistas e da sociedade.

A estrutura funcional do CORECON-TO é enxuta, sendo que todas as despesas são pagas no próprio exercício, não havendo pagamento de dívidas de exercícios anteriores. Não há execução orçamentária por programa ou projeto ou



ação, mas sim da entidade como um todo, com base nas diretrizes para as quais ela existe no âmbito administrativo e judicial nem gestão de precatórios.

Trimestralmente o CORECON-TO apresenta a prestação de conta a Comissão de Tomadas de Contas do Regional, que após análise e parecer encaminha ao plenário para aprovação. Após aprovação pelo plenário a prestação de Contas é encaminhada ao Conselho Federal de Economia. Essas prestações de contas são aferidas pela Comissão de Tomada de Contas do COFECON e aprovadas pelo Plenário da Unidade. Todas as prestações de contas apresentadas no exercício foram aprovadas pelo Plenário da Unidade, incluindo a prestação de contas anual do exercício de 2021.

Quanto ao desempenho da unidade, convém destacar que os gestores sempre procuraram realizar um desempenho operacional que atendesse os objetivos definidos no plano estratégico. Cabe comentar que nos relatórios da contabilidade há maiores informações a respeito da receita e despesas da unidade e a composição dos resultados.

Palmas-TO, março de 2022.

Econ. Maria do Socorro Erculano de Lima
Conselheira Presidente